

O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)**

1. Tem-se falado muito em Portugal na existência de uma divisão entre o Norte e o Sul, em particular desde a instituição do regime democrático em 1974.

Esta divisão não constitui um retrato rigoroso de Portugal. Todavia, este texto não tem como objectivo debruçar-se sobre a adequação ou não desta representação ao país. Em contrapartida, aborda, sem pretensões de exaustividade, o papel desempenhado pela divisão entre o Norte e o Sul em representações elaboradas por diversos intelectuais influentes ao longo de um período, de quase um século, marcado pela reflexão nacionalista em torno do país e da sua posição no contexto internacional. Esta divisão, invocada intensamente então, inscreve-se nas tentativas de caracterização da nacionalidade portuguesa, razão pela qual aludiremos a algumas destas de modo necessariamente sintético.

Neste ensaio dá-se um destaque particular às posições do escritor e político republicano Basílio Teles. Fazemo-lo por vários motivos. Pelo modo radical como é concebida a divisão por este autor, que a reduz a um confronto racial. Por estar vinculada a uma exaltação do papel do Norte. Por estar ligada a projectos de transformação — colonização agrária — do Sul, que atravessaram vários regimes. Pela coincidência existente entre elementos

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Uma primeira versão deste texto foi apresentada no *Annual Meeting* da American Anthropological Association em S. Francisco (2000), em sessão organizada por Sharon Roseman e Shawn Parkhurst, a quem agradeço o convite e estímulo para participar. Agradeço igualmente aos revisores científicos anónimos da *Análise Social* os contributos feitos para a versão definitiva.

da sua visão e estereótipos portuenses recorrentes na actualidade sobre Lisboa (que simboliza o Sul).

Finalmente, debruçar-nos-emos sobre a recepção da concepção de Teles e sobre representações posteriores do facto nacional e da dicotomia Norte/Sul.

2. Com o fim de um regime ditatorial em 1974, implantou-se a democracia política em Portugal. Com a recuperação da liberdade política, surgiram propostas políticas distintas que se afrontaram, por vezes com violência, sobretudo a partir do Verão desse mesmo ano.

Em 1975, as primeiras eleições livres realizadas em Portugal baseadas no sufrágio universal vieram proporcionar aos portugueses — do continente — uma percepção espacial das suas diferenças, expressas ao nível do voto. Os partidos que, na época, configuravam soluções políticas mais conservadoras concentravam-se no Norte e no Centro do país, enquanto o Sul acolhia as forças situadas mais à esquerda (comunistas e outros partidos revolucionários de menor expressão). Esta clivagem razoavelmente estável, marcada por um predomínio dos partidos da esquerda a sul e uma maior presença da direita a norte, tem-se mantido. As diferenças em termos de regime de propriedade e suas implicações sociais e a religiosidade são dos factores mais repetidos como explicação para tal dualidade (Freire, 2001, p. 43). Há pouco mais de uma década, Villaverde Cabral, reportando-se a um conjunto de factores geográficos, sociais e económicos, e admitindo matizes, entendia que o Norte e o Sul enformavam «*duas culturas* substancialmente distintas», com expressão no plano eleitoral, embora a distinção entre ambas estivesse a esbater-se (Cabral, 1992 [1951]).

A invocação de contrastes entre o Norte e o Sul é, no entanto, bem anterior. Por exemplo, Maria Rattazzi, que visitou Portugal nos inícios do último quartel de Oitocentos, escreveu num livro de recordações que o país se podia dividir em duas regiões distintas, a do Norte, muito produtiva e cultivada, e a do Sul, com alguma analogia com o deserto do Sara, acrescentando que os portuenses não morriam de amores pelos lisboenses (1997 [1879], pp. 264 e 414). Como não procuramos fazer aqui a história deste tópico, basta lembrar que esses contrastes são evocados na obra do grande etnólogo português José Leite de Vasconcellos. Este assinalava, por exemplo, que os «habitantes do Norte e da Beira são mais humildosos do que os do Sul», que havia mais religião a norte — e centro — do que a sul ou que, quanto a sentimento poético, havia duas zonas em Portugal, por um lado, o Sul e, por outro, o Norte e a Beira (Vasconcellos, 1982, pp. 503, 509-511 e 481). O contraste entre o Norte e o Sul em matéria de religiosidade era entretanto atribuído numa revista etnográfica do Sul ao contacto da gente desta região com o islão (Figueiredo, 1903, pp. 39-40).

Em décadas recentes, o linguista Lindley Cintra insistiria — como Paiva Boléo — na pertinência da divisão linguística entre o Norte e o Sul no território continental (Cintra, 1971).

No fim da segunda guerra mundial, o influente geógrafo Orlando Ribeiro escreveu uma síntese de conjunto sobre Portugal — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Ribeiro, 1967 [1945]). Ribeiro discernia nessa obra uma importante dualidade no território português, entre influências atlânticas e mediterrânicas (id., *ibid.*, p. 159) — a que se acrescentava a clivagem entre litoral e interior. As primeiras, sobretudo fortes no Noroeste, estavam associadas a uma pluviosidade abundante, a uma policultura irrigada, diversificada, suporte de uma população numerosa que cultivava em regime de pequena propriedade. As influências mediterrânicas, a sul, abrangiam a secura e um mundo de cultura latifundiária, de searas de trigo e de montado, de pastorícia extensiva. Aqui existia o latifúndio desde a época romana. Embora aceitasse que se pudesse opor, *grosso modo*, o Norte e o Sul, Ribeiro lembrava que os elementos da paisagem revelavam uma situação bem mais complexa, a que ele dava acolhimento, nomeadamente com a subdivisão do Norte em «atlântico» e «transmontano». Em seu entender, a acção humana teria atenuado, desde há uns 2000 anos, os contrastes entre as duas metades do país¹.

Pela mesma altura, a figura cimeira da etnologia do pós-guerra, Jorge Dias, constata a existência de um contraste entre o Norte e o Sul, ligado a diferenças económico-sociais e patente na maior religiosidade do Norte e na importância da família extensa na mesma zona, em contraste com a mais fraca religiosidade e o domínio absoluto da família nuclear no Sul (Dias, 1961 [1955], pp. 121-143). Na sua tentativa de caracterização da cultura portuguesa, evocaria a presença de «antinomias profundas» na «personalidade psicossocial do português», apesar da sua relativa homogeneidade, que remetiam para elementos étnicos distintos, que entretanto se haviam fundido. Na genealogia do «estado de alma» português que seria a saudade encontrou três tipos mentais: o lírico sonhador, ligado ao temperamento céltico; o fáustico, de tipo germânico; o fatalístico, de matriz oriental (Dias, 1961 [1950], p. 107; Leal, 2000, p. 98). Dias associava tais dimensões a procedências étnicas com uma inserção territorial diferenciada. Em Portugal fizera-se sentir a norte o maior impacto de celtas e germanos, enquanto a sul predominavam os elementos étnicos do Sul da Europa e do Norte de África (mediterrânicos e berberes). Esta invocação dos factores étnicos tinha, como veremos, uma já antiga genealogia entre nós.

3. No século XIX, em Portugal, como por toda a parte numa Europa dominada pelo nacionalismo, formulam-se teorias explicativas da génese da

¹ A contraposição entre o Norte e o Sul surge de modo sistemático no artigo de Orlando Ribeiro «Formação de Portugal», in *Dicionário de História de Portugal*.

nação. O historiador Alexandre Herculano, a personalidade mais importante da historiografia portuguesa oitocentista, colocou a questão da génese da nação portuguesa na sua *História de Portugal* (1980-1981 [1846]). Nessa obra afirma ser a nação (portuguesa) um produto político, resultado da formação de um estado pelos barões de um condado situado no Noroeste peninsular. Herculano rompeu com uma forte tradição na história de Portugal, que ligava os portugueses aos lusitanos. Esta ideia remontava em Portugal ao século xv e, em alguns autores, os lusitanos, ascendentes dos portugueses, eram inseridos na narrativa bíblica do *Génesis* como descendentes de Noé (Albuquerque, pp. 275-285). Este facto, aliás, nada tinha de especificamente português. A inserção da história das populações europeias na narrativa do *Génesis* era comum (Kidd, 1999; Juaristi, 2000).

O outro historiador mais influente de Oitocentos, Oliveira Martins, manterá, na sua história, a tese de Herculano. Portugal formara-se devido à acção política da aristocracia medieval. Mas Martins admitia a presença de certos traços no carácter português, que apresentava como *célticos*, ligados a alguma continuidade entre lusitanos e portugueses (Martins, 1917 [1879b], pp. 3-4). A génese nacional não se devia, pois, a um factor étnico/racial, apesar de o historiador conceder uma grande importância ao mesmo. Tal ressaltava da sua apreciação da história universal e do papel nela desempenhado pelos povos ibéricos, bem como da sua caracterização da Península Ibérica. Com efeito, para ele, a civilização europeia — a «civilização-tipo» — era um produto dos arianos (ou indo-europeus). Estes, vindos outrora do Oriente, absorvendo as civilizações particulares, haviam edificado a civilização da humanidade (Martins, 1881, I, LXXVII-LXXVIII)². Nessa epopeia ariana, os povos peninsulares tinham desempenhado um papel glorioso: o correspondente à sua acção na descoberta e nas conquistas do Oriente e do Novo Mundo.

Para Martins existia uma civilização ibérica, com um «génio peninsular, carácter fundamental da raça», comum a todas as populações da Península, afirmado no entusiasmo religioso e no heroísmo pessoal (Martins, s. d. [1879a], p. 29). Essa civilização fora formada pelo encontro entre elementos anteriores aos indo-europeus, semitas ou não, como os iberos, que pertenceriam ao mesmo fundo racial dos berberes, e por populações arianas, a primeira das quais os celtas. Os iberos pré-arianos estavam na Idade da Pedra, os arianos teriam iniciado na Europa a vida agrícola e pastoril. Note-se, entretanto, que Martins dava uma enorme importância à romanização — pois via nos latinos e gregos «as duas faces essenciais do génio ariano, os

² V., a respeito de Oliveira Martins, Fernando Catroga, «História e ciências sociais em Oliveira Martins», um estudo relevante sobre este autor (Catroga *et al.*, 1998, pp. 167-178); v., igualmente sobre temáticas abordadas neste ensaio, «Positivistas e republicanos», do mesmo historiador (id., *ibid.*).

dois aspectos mais graves da cultura eminente a que ao homem é dado chegar sobre a terra» (Martins, 1881, I, pp. 167 e 183). Por isso, achava que a história da Península começava com a era «romana», qualquer que fosse o «sangue indígena da Hespanha», pois a «civilização cria uma segunda natureza» (id., *ibid.*, p. 193).

Entretanto, Martins projectava no território os factores raciais (e práticas a eles associadas), por vezes mesmo de uma forma dualista. A influência céltica, oriunda da Galiza, estendia-se a Portugal: «nós portugueses, nascidos de um retalho da Galiza, falando um galego culto; nós portugueses que, embora produzidos historicamente pela mistura do sangue minhoto e beirão com o estremenho e alentejano (ibérico, turdetano), revelámos as qualidades célticas nas nossas aventuras marítimas, nas nossas lendas messiânicas [sebastianismo], no lirismo da nossa poesia, na inconsciência e passividade que no nosso carácter se alternam com os acessos de fúria africana ou de misticismo semita» (id., *ibid.*, pp. 200-201). Martins pensava claramente em termos de divisão Norte-Sul e na sua correspondência com celtas (arianos) e semitas — embora também visse como celta o Algarve (id., *ibid.*, p. 209). Tal transparece no *Portugal Contemporâneo*, ao tratar do papel da mulher na Maria da Fonte: «No Minho, como em todas as regiões de estirpe céltica, a mulher governa a casa e o marido [...] Não é uma esposa, quase uma serva, que entra no poder do marido, à moda semita, que se infiltrou nos costumes do Sul do Reino...» (Martins, 1979 [1881], II, pp. 151-152).

4. Os argumentos étnico/raciais começam a ser difundidos na geração de Oliveira Martins, pela década de 70 do século XIX. Acompanham o desenvolvimento dos estudos no campo da geologia, da paleontologia, da zoologia, da antropologia e da etnologia (Correia, 1929), penetrando no campo científico e permeando a polémica político-intelectual. Obedecem a dois propósitos indissociáveis: explicar a história particular de Portugal e a conjuntura presente. A representação da história nacional em Portugal na segunda metade do século XIX, como paralelamente em Espanha (Fox, 1997), comportava duas grandes fases: uma, de ascensão, que teria o seu apogeu nos impérios do século XVI; outra, de decadência, o que explicaria a sua situação secundária e subordinada no século XIX (Matos, 1998, pp. 350-384). Deve-se ter em conta este dado, pois alguns autores procurarão encontrar uma matriz rácica para explicar a decadência, como veremos mais à frente.

Uma das mais influentes teorizações sobre o país dever-se-á a um filólogo, historiador e etnólogo, crítico da interpretação de Martins, que será igualmente um dos principais intelectuais do movimento republicano português e figura cimeira do positivismo que lhe estava vinculado, Teófilo Braga. Teófilo, que veio a ser o primeiro presidente da República portuguesa — sê-lo-ia ainda uma outra vez —, insistiu numa abordagem étnica da nacionalidade portuguesa, que conheceu algumas variações.

Na sua crítica a Oliveira Martins, Teófilo combina factores étnicos e geográficos. «O condicionalismo geográfico determina a independência da nacionalidade portuguesa: a vizinhança do mar, como notou Hegel, separa Portugal da Espanha, como a Holanda da Alemanha», escreve. Mas, se nunca deixou de dar relevo ao meio, foram os factores étnicos — envolvendo o papel determinante da raça — os que sem dúvida privilegiou. Vamos examinar a abordagem destes em cinco obras em que se ocupou com mais detalhe do tema: *Epopeias da Raça Moçárabe* (1871), *Elementos da Nacionalidade Portuguesa* (1883-1884), *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885), *A Pátria Portuguesa: o Território e a Raça* (1894) e *História da Literatura Portuguesa*, 1, *Idade Média* (1909). Para entendermos a importância que conferiu à raça devemos ter em consideração que, para ele — como para Martins —, esta abrangia dimensões de carácter biológico, sociológico, psicológico, histórico. Citando o evolucionista Prichard, afirmava que «[...] raça compreende todos os agrupamentos de indivíduos que apresentam mais ou menos caracteres comuns transmitidos pela hereditariedade», acrescentando que «as concepções mentais, a intensidade emotiva, as formas de actividade, e mesmos as instituições sociais e religiosas, diferenciam-se pelas capacidades de cada raça» (Braga, 1909, 1, pp. 8-9). As literaturas, a arte, as tradições populares, tudo era — como os traços físicos — expressões da raça. Eram elementos constitutivos das nacionalidades, também expressão da raça (id., *ibid.*, e 1885, 1). Em palavras indiciadoras da relação entre posturas nacionalistas e pesquisas no âmbito da antropologia (física) e da etnologia, afirma Teófilo, referindo-se a Portugal: «[...] é a Antropologia, nos seus processos de diferenciação dos índices cefálicos, e a Etnologia, estabelecendo a sobrevivência dos costumes, que hoje explicam a persistência dos caracteres do Luso no mesmo território hoje ocupado por Portugal» (Braga, 1909, 1, p. 81). Compreende-se, assim, que o político nacionalista Teófilo Braga fosse também um estudioso da literatura e da etnografia nacionais.

Braga convoca o factor racial para explicar as razões da existência da nacionalidade portuguesa e as divisões no seu seio. Em relação ao primeiro tema, insistirá na especificidade rática de Portugal face à Espanha, muito embora reconhecesse a existência de um fundo comum, branco, de origem asiática, a raça mongolóide ou turaniana, pré-ariana, que vem da Ásia, a que pertence o ramo ibérico (proveniente do mesmo fundo étnico que os berberes) e o basco, ou euske (Braga, 1883-1884, p. 99). Seguir-se-iam celtas (arianos) — que incluíam os ligúrios —, fenícios, cartagineses, gregos, romanos, germânicos, árabes. Portugal devia a sua «unificação nacional» ao facto de não ter sido atingido, na sua formação, pela preponderância de sangue semita — de fenícios, cartagineses, árabes e judeus. No caso de

Espanha, essa preponderância levaria a oscilações entre a desmembração e a unidade. Portugal havia-se constituído no Nordeste (*sic*), recebendo o influxo do elemento celta (ariano), que se manifestaria na brandura, génio aventureiro, tendência para as explorações marítimas (Braga, 1883-1884, p. 195, e 1885, 1, pp. 52-55 e 64-65), e outros elementos reveladores de uma psicologia étnica própria, como o sebastianismo (Braga, 1883-1884, p. 195).

A separação entre Portugal e Espanha corresponderia a uma maior convergência dos iberos para as bandas de leste e a uma maior preponderância do celta marítimo no ocidente da Península, escreve em *A Pátria Portuguesa* (Braga, 1894, pp. 150-151). Finalmente, ainda noutra obra, insistiria no divórcio das «duas raças peninsulares», *ibérica e lusitana*: a primeira acolhia «povos adventícios», «desnaturando-se com os abundantes acréscimos semitas de fenícios, cartagineses e árabes, com regressões ao tipo africano branco de berberes e mouros»; a segunda, o «lusó», «tirava da pureza da sua raça a resistência [...] conservando todos os seus caracteres étnicos» (Braga, 1909, 1, p. 130).

Para além da ascendência lusitana, Braga dá uma grande importância, na configuração do *ethos* nacional, aos impactos da romanização, ao período do reino visigótico e ao da conquista islâmica. Em *Epopéias da Raça Moçárabe* (1871) vê dois conjuntos sociais a operarem na sociedade portuguesa, o moçárabe — ou «gótico-árabe» — e o elemento «gótico-romano». Constituem duas classes antagónicas. Escreve: «[...] na grande raça germânica chamada os Visigodos, que invadiram a Península, banindo o poder dos romanos, é preciso, para compreender o fenómeno da criação do povo português, ter sempre em vista, que ela era composta de duas classes distintas e antinómicas entre si, os nobres godos e os servos ou *lites*. Os primeiros imitaram a cultura romana, desnaturaram-se com ela, perderam língua, religião, poesia, costumes e direito, que tudo afeioaram a esse tipo que admiravam; a este elemento aristocrático, que veio a dominar na reacção cristã da Península, devemos chamar-lhe os gótico-romanos. Aos segundos, que ficaram em contacto com os árabes, e deles aprenderam a indústria, a tolerância e a igualdade política, a ponto quase de se fundirem com eles, chamamos o elemento *gótico-árabe*...» (Braga, 1871, pp. 2-3) — note-se que Braga elogia a civilização árabe dos tempos da invasão (Braga, 1883-1884, pp. 447). Este elemento popular teria perpetuado as tradições culturais, como as da literatura, os hábitos de origem germânica, e teria sido o responsável pela existência de comunidades locais libertas da tutela feudal (concelhos). Era o resultado de uma mistura racial que remontava ao ibero, era a população sedentária enraizada em «vilares, aldeias, casais e granjas», que servirá de base à acção das tentativas de emancipação levadas a cabo pela elite nobiliárquica (Braga, 1883-1884, p. 491).

Em *O Povo Português...* os moçárabes, futuro terceiro estado, seriam o produto da fusão do elemento pastoral ou agrícola germânico com as tribos mouras ou berberes, pertencentes ao mesmo tronco étnico do primitivo ibero (Braga, 1995 [1885], I, pp. 67-68).

Na *Pátria Portuguesa...* retoma a sua já habitual posição de que as populações da Península resultam de uma fusão étnica, onde entram arianos e semitas. Vê nos moçárabes o povo português. Um povo que corresponde simultaneamente a uma classe social dominada e a uma raça, de acordo com a inspiração colhida na interpretação da história da França por Thierry, que menciona³. Thierry havia transformado a antiga metáfora da divisão racial (datava do século XVI) da França, que havia servido no século XVIII como argumento legitimador do poder da antiga nobreza que se apresentava como descendente da *raça* dos francos conquistadores face aos descendentes dos dominados galo-romanos, numa explicação da história dominada pela luta destes últimos pela sua emancipação. Subjacentes às classes sociais (e às nacionalidades) encontravam-se as raças: uma, de germanos, dominantes, outra, de gauleses, subordinados — também chamada partido francês⁴. Além de Thierry, Teófilo cita, entre outros, William Edwards, um dos fundadores da Société Ethnologique de Paris, que via as raças como bases das nações, tendo como postulado a persistência das raças antigas no presente⁵.

A tese de Teófilo sobre os moçárabes foi criticada. Dois dos seus críticos mais importantes — crítica dirigida à primeira das obras de Teófilo, *Epopéias...* — foram Correia Barata e Júlio de Vilhena. Estes, porém, partilham os mesmos pressupostos de Teófilo quanto à influência do factor raça na organização social e nas características dos povos (organizados em nações) e quanto ao papel dominante dos arianos.

Correia Barata (1872) questiona que os moçárabes fossem uma raça, como propõe Teófilo. Para ele, não passariam, como para Herculano, de populações cristãs que viviam sob domínio árabe. Na sua visão racial da

³ Sobre a concepção dos moçárabes como *classe social e raça*, id., p. 302; referência a Thierry, na mesma obra, p. 152.

⁴ Uma genealogia da concepção da população da França como dividida em duas raças encontra-se em Léon Poliakov (1974 [1971]), pp. 16-28. Igualmente: Eugen Weber (1991), pp. 8-21; Michel Foucault (1997 [1976]), pp. 37-74). V. de Thierry, a quem Braga se reporta, *Lettres sur l'histoire de France*, «Lettre XII», 1842. Aí se refere também a importância das concepções de Walter Scott em matéria de raças históricas, o que é mencionado por Teófilo (cf. Teófilo Braga, *O Povo Português...*, cit., p. 31).

⁵ Teófilo Braga, *A Pátria Portuguesa...*, cit., p. 132, e *O Povo Português...*, cit., pp. 43 e 58-59. Teófilo referirá outras teorizações sobre a raça bastante posteriores que correspondem já a uma época de desenvolvimento da antropologia física e de impacte do darwinismo, mas o seu esquema fundamental é o de Thierry, com cuja obra Edwards contactou. Sobre este último e o contexto de emergência e desenvolvimento das suas formulações (e nomeadamente as suas ligações com os irmãos Thierry), Claude Blanckaert (1988, pp. 18-55).

Península Ibérica existe uma fusão de populações, semitas e arianas, mas o elemento ariano, representado por gregos, romanos, povos germânicos, predomina.

Vilhena (1873) também concede que as populações peninsulares receberam um influxo de sangue semita — fenícios, cartagineses... —, mas o elemento ariano terá acabado sempre por preponderar. O que este professor de Direito, que viria a ser décadas volvidas presidente do conselho de ministros, censura em Braga é a exaltação do elemento germânico na matriz da população portuguesa e sobretudo a tese das origens germânicas do direito português. Para ele, o factor decisivo foi a romanização⁶. Refira-se que a defesa do elemento romano por Vilhena representa uma tomada de posição a favor do «tronco» latino dos povos arianos — como, aliás, sucede com Braga —, «desprestigiado» pela ascensão pangermanista associada à derrota francesa (*latina*) na guerra de 70.

Assinale-se, por fim, que, à imagem de Oliveira Martins, Teófilo distribuía territorialmente os elementos raciais da nacionalidade: «A nacionalidade portuguesa começa a organizar-se na região de Entre Douro e Minho, onde existia mais elemento étnico de raça árica, sobretudo colónias gregas e romanas [...] assimilou facilmente a região central a título de libertação do domínio árabe [...] por último a terceira região, como refúgio dos árabes, foi conquistada já pelas incursões marítimas [...]»⁷. Constatava existir uma divisão entre o Norte e o Sul do país: a que provinha de se cruzar com o fundo ibérico no Norte o elemento árico e no Sul o semita (Braga, 1995 [1885], I, p. 60).

5. No momento em que Oliveira Martins e Teófilo escreviam, o tópico ariano — ou indo-europeu — já era antigo. Difundira-se a partir de finais do século XVIII, quando o berço do género humano é situado na Índia. A partir da descoberta da afinidade linguística entre o sânscrito — a língua dos textos sagrados do hinduísmo — e o grego e o latim, estabeleceu-se o parentesco entre as línguas indo-europeias (na Europa, celtas, germânicas, românicas, eslavas, o grego, o albanês). Deduzira-se entretanto a existência de um parentesco racial a partir do parentesco linguístico e conduziram-se essas populações da Índia à Escandinávia. Toda esta problemática está profundamente vinculada ao nacionalismo, pois a ascendência indo-europeia irá ser reivindicada como legitimação de superioridade nacional — invocação que

⁶ V., a respeito da discussão das propostas de Teófilo Braga, Campos Matos, *op. cit.*, pp. 324-332, e Catroga, *op. cit.*, pp. 120-124.

⁷ Teófilo Braga, «História de Portugal por J. P. Oliveira Martins», in Ministério da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, *Oliveira Martins e os Críticos da História de Portugal*, Lisboa, 1995 (1880), p. 49. A polémica em torno da *História de Portugal* de Oliveira Martins é analisada por Sérgio Campos Matos em *Historiografia e Memória Nacional*, 1998, pp. 332-339.

virá a contribuir para algumas tragédias, como as da responsabilidade dos nazis e fascistas. E está ligada ao anti-semitismo. Com efeito, a exaltação do ariano, representante da civilização pagã, do dinâmico e do progressivo, da ciência, vai de par com a identificação do semita, a quem se devia o monoteísmo, como estagnado. Os arianos, grandes conquistadores, dispersavam-se numa diáspora, ao longo do tempo, da Índia ao Extremo Ocidente, representando grandes momentos civilizacionais, como o grego ou o romano; o semita mantinha-se imóvel nos mesmos locais (Olender, 1989, pp. 13-30). Esse semita será sobretudo na Europa o judeu (id., *ibid.*, p. 28) — embora, no caso da Península, a presença árabe constituísse um referente incontornável em matéria de especulação rácica, como já se viu neste texto. Na segunda metade do século XIX, «a casta *deicida* judia» transforma-se em «*raça* inferior semita» (Poliakov, 1974, p. 173). A evolução do indo-europeísmo (ou arianismo) transformou-se ao longo do século numa celebração da superioridade da civilização ocidental — e nesta sobretudo dos países do Norte. A sua genealogia está estabelecida⁸.

Na questão indo-europeia estão indissociavelmente mescladas as descobertas científicas (como no caso da linguística), com afirmações de superioridade civilizacional (da Europa) ou nacional (por exemplo, no que se refere à Alemanha). Nela encontramos a tentativa de explicar as diferenças sócio-culturais por um suposto factor biológico: as *raças*⁹. Hoje, com o desenvolvimento da pesquisa genética, o conceito de *raça* — nome que serviu como sinónimo de povo ou de nação no século XIX — parece destituído de valor operatório para estudar a distribuição de padrões genéticos humanos¹⁰. Mas, até à actualidade, serviu, com a invocação da caução da ciência, para justificar afirmações de superioridade: dos europeus sobre os povos colonizados, de classes com maiores capitais (económicos, culturais) para com classes subordinadas, entre nações, etc.

Na segunda metade do século XIX assiste-se a uma identificação crescente entre povo, nação e *raça* (Mosse, 1992 [1978], p. 52). Como escreveu Marvin Harris, «o racismo podia ser invocado para ultrapassar as diversidades de

⁸ As afirmações necessariamente abreviadas que aqui faço sobre diversos aspectos do tópico ariano provêm da obra de Poliakov (1974) e de outros trabalhos fundamentais sobre *raça* e racismo: Snyder (1962), pp. 39-53; George L. Mosse (1992); Ivan Hannaford (1996); Michael Banton (1998 [1987]); Tzvetan Todorov (1989), pp. 113-195. v. igualmente Hannah Franziska Augstein (1996).

⁹ Ter-se-ia passado do indo-europeu (língua) aos indo-europeus, depois aos arianos, do linguístico ao biológico e depois ao racial na construção identitária dos europeus que reivindicavam tal matriz (cf. Anne-Marie Thiesse, 1999, pp. 172-179).

¹⁰ V., a este respeito, Luigi Luca Cavalli-Sforza e Francesco Cavalli-Sforza (1995), pp. 227-244. Na mesma obra encontra-se uma síntese sobre os actuais conhecimentos em matéria de história dos grupos linguísticos em que estão envolvidos os indo-europeus, a pp. 168-183.

classe e as diversidades étnicas [especificidades culturais] da nação moderna [...] A interpretação racial da nacionalidade conferia às misturas físicas, culturais e políticas conhecidas, como Inglaterra, França, Alemanha, etc., um sentido de comunidade baseado na ilusão de uma origem e de um destino comuns (Harris, 1968, p. 106). Desempenhava precisamente este papel no tempo de Oliveira Martins e de Braga e na geração seguinte, aquela a que pertence Basílio Teles (Pereira, 1992; Olender, 1989, p. 29).

6. Basílio Teles inicia a sua produção literária em finais da década de 90 do século XIX (virá a terminá-la cerca de duas décadas depois). Era um intelectual republicano do Porto, que não concluiu estudos superiores, e raras vezes terá saído dessa zona. É importante aludir brevemente ao contexto em que se insere a sua produção para se entender as suas análises.

Em termos políticos, Portugal é uma monarquia parlamentar controlada por uma oligarquia assente em relações de patrocínio. Economicamente, é um país agrícola, cujo principal produto em termos de valor é o vinho. Não produz o suficiente em trigo para o consumo. Tem uma indústria reduzida, que não possui materiais de base, como o aço. A população rural do Norte e Centro emigra em grande quantidade para o Brasil, servindo as suas remessas para equilibrar a balança de pagamentos. É uma potência secundária na Europa, um aliado muito subordinado do império britânico.

Teles, como outros intelectuais da época, é testemunho de vários momentos de crise. Um dos mais particularmente agudos tem lugar em 1890-1891, pois no mesmo conjugam-se factores políticos e económicos, como o *Ultimatum* britânico, e a crise na balança de pagamentos, com a quebra acentuada das remessas dos emigrantes do Brasil. As reacções a estes factos traduzir-se-ão numa forte agitação política, intensamente nacionalista, capitalizada pelos republicanos, que desemboca numa revolução abortada no Porto em 1891, na qual Teles participa. E também na produção de propostas que diagnosticam as causas da decadência e se propõem reformar a pátria¹¹.

As propostas de Teles estão ligadas à elaboração de uma representação da história de Portugal. O escritor nortenho propunha um programa nacionalista, protector da agricultura e da indústria. Toda a sua atenção se dirigia entretanto para a agricultura. Como a produção desta não era suficiente para prover às necessidades da população, levando à necessidade de importar, propunha o seu desenvolvimento. Ora, para ele, Portugal dividia-se entre um Norte muito produtivo, de pequena propriedade, e um Sul, em grande medida inculto, um Sul apto a produzir cereal, mas que o não fazia por estar na posse de um pequeno punhado de grandes proprietários aliados da monar-

¹¹ Nesta síntese brevíssima sobre a crise de inícios dos anos 90 apoiamo-nos em Cabral (1979).

quia. A solução estaria na colonização desse Sul por gente do Norte, pequenos cultivadores progressivos, se necessário através de uma acção expropriadora dos grandes proprietários. Esta proposta, que não era nova — fora precisamente avançada por Oliveira Martins (1956 [1887]), originário do Norte —, aparecia como a solução para vários problemas: o do desequilíbrio da balança comercial, pois permitiria abolir as importações de produtos agrícolas, em particular de trigo; o da emigração, pois permitiria fixar no país os excedentes demográficos da zona mais populosa, o Norte. Finalmente, seria um contributo para a resolução do problema da impotência política do país, pois a manutenção da população no território nacional aumentaria a sua capacidade em termos políticos (e nomeadamente militares).

As propostas de Teles sobre a colonização do Sul, aliadas ao ataque a uma grande propriedade tida como em larga medida improdutivo, foram retomadas, nomeadamente por um seu amigo, também do Norte, Ezequiel de Campos. Este veio a ser ministro republicano e prolífico escritor de temas económicos, mas não conseguiu impor a sua política agrária. E encontra-se um prolongamento de alguns dos seus temas na própria política de «colonização interna» seguida pelo Estado Novo, a qual, no entanto, não alterou de modo algum a estrutura fundiária¹². Note-se, a propósito, que já foi assinalada a existência de uma clivagem Norte/Sul entre importantes economistas portugueses em começos do século xx, nomeadamente a respeito da questão agrária. Basicamente, os do Norte defendiam a pequena exploração agrícola e a necessidade de a reformar e os do Sul a grande exploração e as suas capacidades (Bourdon, 1991)¹³.

As propostas de Basílio Teles apoiavam-se, como se disse, numa representação da história portuguesa, em que apareciam como a recuperação da essência histórica dos primeiros séculos do Estado português. Este seria uma monarquia guerreira assente na agricultura. Só mais tarde, a partir de finais do século xiv, essa monarquia agrária daria lugar a um império ultramarino comercial, causa da ruína portuguesa, pelos recursos humanos que drenou e pelo abandono a que conduziu a principal actividade económica: a agricultura.

¹² Villaverde Cabral foi, provavelmente, o primeiro a mostrar as ligações entre as propostas de Oliveira Martins, Sampaio, Teles, Campos e o seu acolhimento sob o salazarismo, bem como as suas características nacionalistas com propensões autoritárias (Cabral, 1976, p. 317, e 1979, pp. 80, 107-110 e 155-173; v. igualmente Caldas, 1991, pp. 457-532).

¹³ Bourdon (1991) interpreta em termos de oposição Norte/Sul as posições contrastantes de economistas do Norte — Bento Carqueja, Ezequiel de Campos — que convergem na apologia da pequena exploração — e do Sul — Anselmo de Andrade e o publicista e lavrador alentejano Pequito Rebelo (que sustentou uma áspera polémica com Campos a propósito dos projectos de colonização do Alentejo do último) — que se ligam na defesa da grande propriedade.

Porém, o curso específico desta história devia-se ao facto de actuarem na mesma factores étnicos determinantes. Em *O Problema Agrícola* (1899) caracteriza do modo seguinte o Norte e o Sul e a sua relação com a história portuguesa. O Norte, de matriz *galleciana*, de guerreiros e agricultores, é o verdadeiro agente histórico da formação de Portugal e, além disso, teve uma acção decisiva na formação do Brasil. O Sul, com populações arabizadas, é dominado pelo comércio, pela aventura marítima, pelo mercantilismo, à «maneira árabe e berbere».

Com efeito, os habitantes do Norte seriam *arianos*, povos agricultores e guerreiros, produtivos. Os do Sul, *semitas*, sem agricultura digna desse nome, pois árabes e berberes eram parasitas ociosos apenas interessados na actividade mercantil. A hegemonia semita haveria começado com o desenvolvimento dessa Lisboa, que se torna o centro apenas depois da «revolução de 1383». Eis como caracteriza esse desenlace: «[...] se [alguém] perscruta o sentido verdadeiro deste grande facto histórico, concluirá que se resolve na primeira e violenta reacção do espírito semitizado do Sul [...] mais culto, vivaz e imaginativo, mais flexível e político, e por isso, mais aparentemente progressivo e mais largo, contra a alma das populações arianas do Norte, menos culta, imaginosa e versátil, e, portanto, à primeira vista, estreita e lenta, mas, em compensação, ingénua, poética e reflexiva, impregnada de amor à natureza e ao solo...» (Teles, 1901, pp. 19-20)¹⁴. Com o triunfo dos semitizados — ou semitas do Sul — triunfaria a opção pelo comércio, a construção de um império ultramarino a partir do século XVI, o abandono da agricultura pelo lucro fácil, o êxodo da população, enfim, surigiriam os males com que o país ainda se debatia no momento em que escrevia. Como escreveu: «Ponha-se, em vez de Lisboa, o Cairo ou Bagdade, e navios em lugar de dromedários, e o *simile* será perfeito: a mesma enormidade e a mesma inconsistência, a mesma rapidez na conquista e a mesma fulminante derrocada, o mesmo espírito religioso e o mesmo vício mercantil» (Teles, 1899, pp. 145-146).

A leitura de Teles é tributária de análises anteriores, que transforma. Exalta o papel da agricultura, que teria sido privilegiada nos primeiros séculos de Portugal, e a ideia de um poder local exercido pelas colectividades (municipalismo) cara ao grande historiador romântico Herculano. Ecoa, sem dúvida, ideias de Martins — neste, como em muitos outros aspectos da sua obra — de uma contraposição racializada entre o Norte e o Sul, mas transforma essas alusões no eixo de uma explicação histórica. Herda de Teófilo a concepção da importância do factor étnico-racial na interpretação da história portuguesa. Porém, para Teófilo, que chegava a valorizar, ao contrário de Teles, o contributo árabe, mormente na agricultura e na cultura científica

¹⁴ Ainda em 1905 referia que os portugueses do Norte pertenciam a «essa grande família de povos, os árias ou indo-europeus». (cf. *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, 1968 [1905]).

(Braga, 1995 [1885], p. 69), os moçárabes do Centro-Sul também eram arianos ou o produto de uma fusão entre arianos e outros povos, incluindo os de proveniência semita; para Teles eles eram desprezíveis, ociosos, comerciantes semitas. Sublinhe-se que o seu anti-semitismo incluía populações árabes, berberes e judeus. Só muito mais tarde, no contexto da Grande Guerra de 1914-1918, ele será notoriamente antijudaico (Teles, 1916b).

A importância conferida ao factor racial e à dicotomia ariano/semita pode ter sido colhida por Teles na obra de Renan, que cita elogiosamente tanto a propósito da sua interpretação do *Livro de Job* como no que se refere à interpretação do sentido da derrota da França na guerra de 70 (Teles, 1912 e 1916a). Diga-se de passagem, pois esse não é o nosso objectivo, que é em termos raciais, inspirados por Renan, que Teles interpreta a religiosidade judaico-cristã. Esse deus, transcendente e todo-poderoso, era um produto da vivência do deserto, semita, tendo este, o judeu ao menos, um cérebro «alienado» (Teles, 1912, pp. 212-214 e 199). O semitismo só gerava «escravos submissos ou impenitentes revoltados» (Teles, 1913, p. 14), incapazes de entendimento científico, em oposição ao espírito grego (índo-europeu), que obedecia a uma moral laica, independente de qualquer revelação e sanção sobrenatural (Teles, 1912, pp. 202-204). Aos gregos se deviam a arte, a ciência, a filosofia (Teles, 1914; Gama, 2002). Em resumo, os arianos eram o progresso, os semitas, a estagnação.

Acrescente-se que a dicotomia Norte/Sul aparece ainda em Teles ao tratar da Europa. Ela repete lugares-comuns antigos, nomeadamente os referentes às especulações sobre a relação entre o ambiente e o carácter, a que um Montesquieu, por exemplo, dera relevo — no *De l'esprit des lois* (2000 [1735], pp. 155-189) — no século XVIII, mas que vinham da antiguidade (Harris, 1968, pp. 41-42; Hannaford, 1996, pp. 78-80). Assim, o mundo da paixão, da imaginação — política e religiosa —, mas também da desorganização, localiza-se no Sul da Europa — e mais a sul no deserto (semítico) —, enquanto a racionalidade, a ciência e o pragmatismo se encontram a norte (um Norte onde Montesquieu vira as nações valentes que rompem as cadeias da tirania). Na Europa, os povos latinos revelar-se-iam inferiores aos do Norte (ingleses, alemães), como se teria visto na derrota francesa na guerra contra a Prússia em 1870 (Teles, 1916a). Como muitos outros escritores da segunda metade de Oitocentos, Teles combinou essa abordagem ambiental, antiga, com a racial¹⁵.

A representação de um Portugal etnicamente dividido surgira pouco antes também num historiador do Norte, elogiado nas páginas de Basílio Teles: Alberto Sampaio. Embora este retome as posições de Oliveira Martins sobre

¹⁵ A importância da divisória Norte/Sul nos discursos sobre a influência do ambiente no carácter das populações é um tópico que remonta a Hipócrates, informando perspectivas modernas, e encontra-se ligado à especulação racialisista sobre essas populações (cf. Isaac, 2004, pp. 55-109).

a formação da nacionalidade portuguesa, em que é denegada importância ao factor étnico, num texto de 1892 — *Hontem e Hoje* — refere-se claramente à existência de um país com «duas raças antipáticas» (Sampaio, 1923 [1892], I, pp. 429-446). A uma, a dos habitantes a norte do Vouga, atribui o impulso da conquista e colonização do resto do território, resto esse povoado por gente de outra «estirpe etnológica», sarracena, extra-europeia¹⁶. A obra da monarquia afonsina ficara interrompida devido ao facto de se ter iniciado a viragem para as conquistas e para a mercadoria com a dinastia de Avis, o que impedira a colonização do Sul e a formação de uma «raça homogénea».

A representação racial dicotómica de Teles não era, pois, original e teria, provavelmente, outras fontes, que não cita (nem mesmo se refere a Sampaio a este respeito). Ecoam nestas páginas estereótipos surgidos noutros países, como a França, a Espanha ou a Itália. Em França, os retratos do ariano e do semita de um Drumont evocam nitidamente os de Teles (Sternhell, 1978, p. 153) e outro anti-semita via como inimigos os do Sul, a quem chega a denominar de *mouros* (Juaristi, 2000, pp. 285-286); o escritor Romain Rolland falava entretanto da antipatia — racial «[...] instintiva que habita no fundo dos corações de todos os homens do Norte em relação aos homens do Sul» (Boas, 1962 [1928], p. 63). Em Espanha tiveram relevo certas contraposições em termos rácicos entre o Norte e o Sul e certa ênfase na preponderância do sangue godo a norte e da maior pureza das linhagens nobres do Norte que resistiram aos muçulmanos (Baroja, 1990 [1956], pp. 154-168). No País Basco evocou-se mesmo a existência de uma raça autóctone, anterior, portanto, aos indo-europeus, mas que não se havia mesclado, ao contrário do resto da Espanha, com judeus e mouros (Chillida, 2002, pp. 229-236; Wulff, 2003, p. 157). As diferenças entre o Norte (mais progressivo, etc.) e o Sul foram representadas em termos de um contraste racial entre arianos e semitas por teóricos nacionalistas catalães contemporâneos (Wulff, 2003, pp. 167-181; Chillida, 2002, pp. 240-259) — para quem não só o Sul, mas o Centro-Sul (Madrid), estava semitizado. Há ainda afinidades entre o discurso de Teles e caracterizações do Norte e do Sul da Itália em termos de contraste racial. No Norte, identificado com o progresso, material e moral, predominariam arianos ou germanos, no Sul, o inverso do Norte, viveriam os descendentes de raças inferiores, a mediterrânica, os berberes (os semitas), cujo atraso estaria inscrito na sua fisiologia (Gibson, 1998). Os estereótipos sobre o Sul formulados neste contexto em Itália são claramente afins aos de Teles sobre o Sul português. O publicista portuense reproduz em Portugal tópicos do discurso orientalista (Said, 1996 [1978]) — no relativo aos árabes e berberes — também presentes em discursos sobre o Sul da Itália (Schneider, 1998).

¹⁶ António Arroyo (1908, p. 90) verá no Vouga uma linha divisória entre o Norte e o Sul em termos de festividades; a norte, maiores procissões, fraca importância de touradas e vice-versa, etc.

Deve-se ponderar a probabilidade de Teles possuir algum conhecimento destas abordagens contemporâneas, nomeadamente das peninsulares. Em particular das formuladas pela figura preponderante do nacionalismo galego do seu tempo, Manuel Murguía (que ele não cita, mas que era conhecido de Martins, de Teófilo Braga, de Leite Vasconcellos, por exemplo) — conquanto a referência a Portugal seja francamente menor no pensamento de Murguía (Villares, 1997, p. 191). Murguía falara da divisão étnico-racial de Portugal pouco antes de Teles.

Em 1865, na sua *Historia de Galicia*, Murguía havia reafirmado a matriz celta dos galegos, um tópico antigo nas reivindicações de identidade locais (Villares, 2000). Os celtas eram arianos, distinguindo-se por tipos fisionómicos próprios, uma certa passividade e ternura, pela poesia e pela arte, «expressão mais viva e verdadeira das tendências, inclinações e sentimentos dos povos, doce, triste e melancólica (Murguía, 1865, I, pp. 213-215), caracterização que parece retirada de Renan (1984 [1854]) e que Oliveira Martins também acolheu. A representação da mulher galega como ser dotado de maior vivacidade e energia do que o homem (Murguía, 1865, I, p. 214) encontra eco no perfil da mulher minhota de Martins. Na sua apologia da preeminência da Galiza, Murguía reivindicava entretanto a contribuição galega na génese de Portugal (Murguía, 1865, I e II).

Anos mais tarde, Murguía redigiria um trabalho em que a presença da história portuguesa é mencionada. Nesse trabalho retoma a sua visão de uma Península marcada pela divisão entre arianos e semitas (Murguía, 1865, I, p. 69), bem como considerações do historiador português Oliveira Martins sobre o Norte ou a mulher minhota, para produzir um retrato dual de Portugal, moldado no que faz de Espanha. O Norte de Portugal (incluindo a Beira) partilha a mesma identidade com a Galiza (predominantemente céltica, ariana), enquanto o Sul, como o meio-dia de Espanha, é semita (Murguía, 1889, pp. 45-46). Como é evidente, os arianos são superiores, os semitas inferiores (id., *ibid.*). Saliente-se que emite uma opinião pejorativa sobre a civilização árabe (id., *ibid.*, p. 40), liga os semitas ao comércio (Murguía, 1866, II, p. 94), a decadência da Galiza ao descuido da agricultura (id., *ibid.*, I, p. 150) e se debruça sobre a emigração, que afectava tanto os galegos como os habitantes do Norte português nesse tempo. Tudo temas que ressurgem nos escritos de Basílio Teles.

7. A ideia de um país dividido em arianos e semitas não morreu em Portugal com os escritos de Teles, que a radicalizaram, mas parece encontrar pouco eco no debate intelectual. Surge num texto do escritor e folclorista brasileiro Sílvio Romero. Para ele, o influxo dos arianos (germanos) no Norte explica as diferenças entre esta região de Portugal e o Sul, povoado por árabes e berberes (semitas), residindo nestes últimos elementos

as «raízes mais profundas de todas as desgraças da Espanha e de Portugal» (Romero, 1906, p. 464). Aparece em Alberto Pimentel, que explica as diferenças entre as alegres canções do Norte e a triste canção do Sul (o fado), em termos do contraste étnico, com um Norte de matriz galega e um Sul marcado pela presença moura, semita (1905). O escritor Raúl Brandão, que conhecia Basílio Teles, retomá-la-á numa época bem posterior (o fim dos anos 20) nas suas *Memórias* (Brandão, 1969). Para ele, os problemas da crise portuguesa — uma experiência de decadência já sentida no século anterior entre os intelectuais — radicavam na base rácica. Portugal era uma vítima da mistura de sangues, em que o elemento racial nórdico, ariano, que havia predominado na aristocracia das primeiras épocas — gloriosas — do reino de Portugal, e antes dele o celta, se perdera pela mistura com outros sangues: o semita, o negro. Note-se que Brandão, além de fazer corresponder arianos com elite guerreira e semitas (ou negros) com o elemento popular, repetia a distribuição espacial de Teles: arianos a norte, semitas a sul.

O uso dado à dicotomia ariano/semita por outro intelectual do Norte, o poeta Teixeira de Pascoaes, foi bastante distinto. Fê-lo no âmbito da sua caracterização das características *essenciais* da nação portuguesa, as quais era necessário os portugueses conhecerem para se operar a renascença de Portugal, que deveria ocorrer sob o regime republicano, que apoiava (*O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, 1988 [1912]; *Arte de Ser Português*, 1978 [1920]). Essa renascença teria lugar com a recusa do estrangeiro — designação em que cabiam o catolicismo, que opunha a uma suposta religiosidade lusitana, e o constitucionalismo liberal, que Pascoais, ecoando aqui Oliveira Martins, via como algo de estranho a Portugal.

Na primeira das obras mencionadas, Pascoaes caracterizava os portugueses como a *raça lusitana*, produto dos «sangues daquelas duas raças» — arianos e semitas — que aqui «se cruzaram em partes iguais». Os primeiros haviam trazido o legado da civilização grega, do paganismo, o culto da forma; os segundos, a civilização judaica e o cristianismo. Ambos entravam em partes iguais na gênese do sentimento que é essência (*sic*) da alma portuguesa — a saudade. Esta, combinação de contraditórios — tristeza e alegria, vida e morte, luz e sombra —, «desejo da Cousa ou Criatura amada, tornado dolorido pela ausência», «é a única síntese perfeita do sangue ariano e do semita» (Pascoaes, 1988 [1912], pp. 45-47; Leal, 2000, pp. 91-92).

Encontramos o mesmo discurso na obra posterior, onde desenvolve o seu nacionalismo místico e messiânico. Ao caracterizar arianos e semitas — num capítulo significativamente intitulado «O sangue» —, Pascoaes põe de lado qualquer menção à antropologia da época e aos seus indicadores «físicos». Para ele há uma raça portuguesa, porque existem uma língua, uma arte, uma literatura, uma história, etc., portuguesas (id., *ibid.*, p. 25). Raça é o equivalente de nação (id., *ibid.*, p. 18). Ora essa raça, volta a afirmar, é

o produto de um fusão entre arianos — celtas, gregos e romanos, godos — e semitas — fenícios, judeus e árabes —, sem qualquer hierarquização. Fusão que deu à *raça lusitana*, como lhe continua a chamar, as suas «próprias qualidades superiores» (id., *ibid.*, pp. 72-75).

Embora enaltecesse a miscigenação que achava característica de Portugal, bem como o legado semita, Pascoaes não deixa de situar numa paisagem específica o sentir da nação. Era no Entre Douro e Minho, mais particularmente na zona onde nasceu e viveu — Noroeste de Portugal —, que opunha a um Alentejo — Sul — associado ao «mourisco» e a um Nordeste caracterizado por «uma hostil e amarela aridez judaica» (id., *ibid.*, p. 70). Aliás, já antes admitira que o único povo que poderia sentir a saudade, além do português, seria o galego, «[...] porque a Galiza é um bocado de Portugal sob as patas do leão de Castela. A Galiza é a nossa Alsácia» (*O Espírito...*, p. 51). Deve dizer-se que Pascoaes estava próximo do ideário de Teles, de quem terá colhido, provavelmente, alguma inspiração — a «Renascença Portuguesa», de que o poeta era figura dirigente, será o editor de alguma obra sua —, pois também defende que a República deveria ser uma democracia rural e municipalista, a que acrescentaria a componente religiosa (a saudade) (id., *ibid.*, p. 55)¹⁷. E estariam juntos na exaltação da cidade do Porto como capital do Norte (*O Saudosismo e a «Renascença»*, 1988 [1912], p. 59) e núcleo da futura democracia (*lusitana*, para Pascoaes).

As razões do pouco eco que a caracterização de Teles obteve, apesar da sua indubitável importância como doutrinador republicano, e de os seus estudos sobre agricultura exercerem impacto serão, presumivelmente, de vária ordem. Em primeiro lugar, o autor não seria considerado uma autoridade científica, ao menos na ciência que tratava da raça — a antropologia —, o que será indicado pelo facto de não existirem referências às propostas raciais de Teles entre escritores consagrados no campo da etnologia na época¹⁸. Entre estes contava-se uma *autoridade* como o professor universitário, antropólogo e arqueólogo — tudo o que Teles, que não concluíra estudos superiores, não era — Mendes Correia. Este, embora mais novo, ainda foi contemporâneo do publicista¹⁹. Correia, todavia, referia-se a Teófilo Braga e Oliveira Martins. Defendia, o que contrariava o esquema de Teles, que havia na etnogenia dos povos ibéricos e berberes os mesmos elementos fundamentais (Correia, 1916, pp. 99-104 e 169-177). Correia criticava igualmente a

¹⁷ Teles Raul Brandão e Ezequiel de Campos colaboraram no órgão da «Renascença Portuguesa», a revista *A Águia*. E Pascoaes chegou a ver em Basílio Teles uma figura moral superior a Alexandre Herculano, o que é bom indicador do seu apreço por ele (cf. Samuel, 2004, p. 41).

¹⁸ Um autor de prestígio mundial no campo da etnografia e da antropologia, J. Deniker, bem conhecido em Portugal, faz-se eco da refutação da existência de uma «raça ariana» e da existência de uma associação entre tipos físicos e língua, refutação que se teria iniciado uns vinte anos antes da publicação das obras de Teles (Deniker, 1900, pp. 376-378).

¹⁹ Mendes Correia também foi colaborador de *A Águia*.

ideia da existência de uma raça ariana primitiva, tão importante em Teles, que aliava ao pangermanismo — estamos no período imediatamente posterior à derrota alemã na guerra de 1914-1918. Defendia, contudo, a importância da «antropo-sociologia» (1919) e do factor raça na explicação do comportamento dos povos, embora tal factor fosse «modelado» pelas influências do meio. Mas apoiava-se em indicadores «físicos» — os «caracteres antropológicos» — de todo ausentes no texto de Teles (o que, provavelmente, contribuiria para o mesmo não ser considerado *científico* segundo os parâmetros da época): cor, estatura, índice cefálico, capacidade craniana, índice nasal, etc. (Correia, 1919, 1924 e 1944)²⁰.

Mas há que ter em conta a combinação de factores de natureza intelectual com os de ordem política, nomeadamente a dimensão nacionalista desta problemática, para compreender o esquecimento da visão de Teles. Uma visão da divisão entre Norte e Sul profundamente racializada (também ela uma divisão entre agricultores, pequenos proprietários destinatários da sua mensagem nacionalista-republicana, a norte; oligarquias comerciais e financeiras, grandes proprietários ociosos, meios monárquicos, a sul).

8. O discurso de Teles cortava, portanto, o país, imaginando que este se compunha de duas identidades ráticas inconciliáveis. E tal seria contestado por dois autores extremamente influentes que convergem em alguns pontos com algumas das suas reflexões e que se integraram em movimentos políticos opostos. O primeiro foi o principal doutrinador do *Integralismo Lusitano*, um movimento nacionalista monárquico e antiliberal inspirado na *Action française* de Maurras, António Sardinha.

Este era um leitor de Teófilo Braga — a quem admirava — e de Oliveira Martins — cuja versão da formação da nacionalidade contestava, por a mesma não ser de base racial, embora adoptasse certos elementos da sua caracterização psicológica dos portugueses, como o sebastianismo, aceitasse como ele a ideia de um parentesco étnico com os berberes e encontrasse no *Portugal Contemporâneo* de Martins inspiração para os seus próprios ataques ao liberalismo português. Anti-semita notório, conferia uma importância determinante ao factor raça na constituição da nacionalidade. Por isso, procurou estabelecer a originalidade distintiva da nação portuguesa numa longuíssima genealogia,

²⁰ Recorde-se que Correia mantinha a valorização do factor raça numa época em que o mesmo já havia sido alvo da crítica, nomeadamente de Boas, que havia demonstrado em estudos publicados em começos da segunda década do século xx que um dos seus indicadores fulcrais — o índice cefálico — estava sujeito às influências do ambiente. Boas viria depois a ampliar as suas críticas ao conceito de raça, demonstrando que as populações que se pretendia designar pelo termo não eram homogéneas, que as formas culturais não dependem da raça e não há hereditariedade das formas mentais (cf. Franz Boas, *Anthropology and the Modern Life*, Nova Iorque, W. W. W. Norton & Company, Inc., 1962 [1928]).

que recuava aos primeiros habitantes humanos do território. O chamado homem de Muge — «sémen da pátria» (Sardinha, 1915, p. 32) —, cujos restos teriam sido descobertos no Ribatejo em finais de Oitocentos, seria o antecessor dos lusos ou lusitanos — povo por sua vez absolutamente distinto dos iberos, antepassados dos espanhóis —, como afirmara Teófilo, e, por conseguinte, dos portugueses (o autor era, como se vê, um lusitanista). Ora, este homem era um «dolicóide» (dolicocéfalo) moreno, de estatura baixa e cabelos escuros, nada tendo a ver com os «homens loiros» ou árias — que se encontram em Castela, junto com os iberos, de procedência asiática —, antes inserindo-se num contexto mediterrânico. Os portugueses seriam os representantes de uma população extremamente homogénea, o que não significava que fossem redutíveis a um tipo antropológico único — o autor reconhecia a existência de uma mistura semita, que a Inquisição em boa medida teria atalhado, bem como a miscigenação com asiáticos e negros, responsável pelo «nosso desfalecimento em linha recta», como já diagnosticara o apologista francês dos arianos, Vacher de Lapouge (Sardinha, 1915, pp. 115-116). Este pequeno dolicóide meão era a essência (racial) de um povo que se revelava nos castros e citânias, na resistência aos romanos, no enraizamento agrícola no território, na configuração da instituição municipal, na esperança messiânica do *Desejado* (Sardinha, 1915). O dolicocéfalo que se encontrava no fundo étnico português era o representante de «uma humanidade pré-adamita» (Sardinha, 1916), possível descendente das populações da mítica Atlântida (Sardinha, 1915 e 1916). Era um membro da estirpe do *Homo atlanticus*, esse «padrinho dos povos», «inciador da história», responsável por uma civilização do bronze exposta em Micenas, na Creta de Minos, na poesia de Homero, que o ariano submetteria (Sardinha, 1915, p. 101).

Ao contrário de Sampaio, Teles, Brandão ou Pascoaes, todos naturais do Noroeste do país, Sardinha era alentejano. Tal factor poderá contribuir para explicar não só a sua valorização do fundo étnico-racial que se associava mais ao Sul — nomeadamente do parentesco entre berberes e peninsulares —, mas também que, num contexto de valorização internacional do Norte — e dos arianos —, ele coloque a hipótese de ser o Sul o foco da nacionalidade. Para ele, conservando-se entre o Guadiana e Sagres o núcleo mais puro dos lusitanos, estas populações teriam sido empurradas para o Norte por «invasões exóticas» e produziriam essa manifestação da psicologia nacional que era a lírica galaico-lusitana (*sic*). Aliás, a Galiza seria uma área de influência lusitana, e não um foco irradiador, devido às «misturas célticas», que também se fariam sentir mais no Norte de Portugal (Sardinha, 1916, pp. 66-68). A norte a mestiçagem, portanto²¹.

²¹ O correligionário de Sardinha Pequito Rebelo, grande proprietário alentejano e grande oponente dos projectos de reforma agrária de Ezequiel de Campos, via a dualidade Norte/Sul em termos de contraposição entre influências «atlânticas» e «mediterrânicas» e etnicamente

As posições de Sardinha quanto aos fundamentos da nacionalidade não permanecerão as mesmas ao longo da sua (curta) vida. E sofrerão a inflexão do seu próprio percurso biográfico. Assim, em 1924, nos tempos da ditadura antidemocrática de Primo de Rivera, a sua teoria sobre as nacionalidades apresenta-se modificada. Abandonaram-se as ligações à Atlântida. Defendia-se o *hispanismo*, concebido como a união das duas nações ibéricas, algo que ressuscitasse a importância dos povos peninsulares no século XVI (Sardinha, 1930, pp. XXIII-XCIII). Sardinha, entusiasmado pelo triunfo reaccionário em Espanha, que queria prolongar em Portugal, reescrevia uma história em que os momentos de unidade dinástica peninsular eram exaltados como realização dos valores supremos peninsulares da fé e do império. Por certo mantinha a ideia de duas nacionalidades distintas e a separação entre lusitanos — donde derivariam os portugueses — e celtiberos (castelhanos, espanhóis) (Sardinha, 1930 [1924], pp. 94-101).

Nos últimos tempos da sua vida, Sardinha publica um texto na *Nação Portuguesa*, «O Sul contra o Norte», dedicado especificamente a Basílio Teles. Sardinha comungava da interpretação de Teles de que o país se havia realizado sobretudo como sociedade agrícola e municipalista na primeira dinastia e que a sua decadência estava associada às descobertas. Porém, a radicalização em termos raciais da dualidade entre Norte e Sul de Teles introduziria um «gérmen funesto de guerra civil», «quebrando [...] a unidade moral que se deve à ideia de Pátria» (Sardinha, 1927, p. 6). Para Sardinha havia unidade de raça entre o Norte e o Sul e entre os cristãos e a maioria dos invasores. Quem penetrara na Península com o islão haviam sido sobretudo os berberes, com os quais havia «parentesco da raça», e não «siro-árabes» (id., *ibid.*, p. 9). Sardinha revaloriza a importância do legado moçárabe, do seu «poderoso nacionalismo», na sequência de Teófilo (id., *ibid.*, pp. 33-36).

Nas páginas de Sardinha surgira, entretanto, uma dicotomia racial, mas que não opunha regiões do país, antes campos políticos. Tratava-se das raças *republicana* e *monárquica*. Destas, a primeira é caracterizada como o produto da inquinação do elemento português pelos negros e judeus (a assimilação do republicanismo ao judaísmo e à maçonaria é um tópico do arsenal reaccionário da época, a negritude um indicador de inferioridade absoluta). A *raça monárquica*, de matriz *lusitana*, sublinhe-se, era a depositária da verdadeira essência nacional, a quem se devia a grandeza histórica do país; a *republicana* era a responsável pela *desnacionalização* do país desde a implantação do liberalismo — teria introduzido um sistema abstracto

como contraposição entre legado das «raças nórdicas» e «influxo longínquo... do espírito romano». Conciliava assim prestígio racial dos nortistas com prestígio dos «romanos» numa conferência em que faz a apologia de Mussolini; na mesma defende um papel dirigente para o Sul (1929, pp. 57-58). Atente-se ao momento histórico.

que lhe seria estranho — e pela situação crítica presente (Sardinha, 1922 [1919], pp. 133-141).

O outro autor influente que criticou o dualismo racial de Teles foi António Sérgio, durante décadas a principal figura intelectual do campo político liberal-democrático em Portugal. O ensaísta elaborou uma interpretação muito influente da história de Portugal que representou como dividida entre duas grandes políticas distintas, a *política de transporte* e a *política de fixação*. Fê-lo nomeadamente numa conferência de 1925, intitulada «As duas políticas nacionais». Esta constitui uma defesa dos projectos de reforma agrária, nomeadamente da colonização do Alentejo, de Ezequiel de Campos, o ministro da Agricultura do governo da Esquerda Democrática, que haveria mais tarde de colaborar com o Estado Novo. Tal como este amigo de Teles, Sérgio é influenciado pelo publicista portuense e por Oliveira Martins, encontrando profundos males no Portugal dos finais do regime republicano, decorrentes do que vê como o abandono pelo país da actividade produtiva (para Sérgio não só a agricultura, mas também a indústria). A sua interpretação histórica repete tópicos de ambos. Havia uma monarquia agrícola com comércio integrado na Idade Média, que promove a colonização do território, a *política de fixação*. Com as conquistas, que se iniciam com o triunfo da burguesia cosmopolita em finais do século XIV, começam os abandonos da produção, até ao período contemporâneo, com um país marcado por um Estado hipertrofiado, Estado-providência (*sic*) fornecedor de empregos, e uma população que não tem espírito de iniciativa — para a produção, como os britânicos — um país de *política de transporte* (das descobertas ao presente, passando pelo fontismo).

Para Sérgio, o factor raça adiantado por Teles não possuía credibilidade. Havia, por certo, uma divisão em Portugal entre dois países: o *Norte*, ou *Aquém-Tejo*, o *Sul*, ou *Além-Tejo*. E essa divisória fazia-se notar em três espécies de contrastes: humano (diferenças na maneira de ser); geográfico (território, clima); social (entre pequena e grande propriedade, nas relações entre as classes, etc.) (Sérgio, 1977 [1925], p. 73). Mas não havia divisão racial, nem as modificações na política económica em Portugal se deveriam ao factor racial. De facto, o contraste que encontrava na história portuguesa não era rácico, mas psicológico e social (e devido a estes caracteres apareceria noutros países). Era o contraste entre o homem do campo e o homem do litoral; o dualismo entre elites do interior (nobres, guerreiras, rurais, conservadoras) e as do litoral (comerciantes, progressivas), entre o comerciante e o mercador (*id.*, *ibid.*, p. 76). O burguês e a nova fidalguia traficante, integrados, aliás, no «espírito comercial-marítimo da alta finança de toda a Europa» (*id.*, *ibid.*, p. 77), é que prevaleceram e com eles a *política de transporte*. As opções políticas eram assim interpretadas por Sérgio como decorrentes de posições sociais ligadas a atitudes psicológicas e integradas numa temporalidade histórica, não decorrendo de caracteres essenciais as-

sociados a grupos imutáveis, como as raças, tal como ocorre no discurso de Teles e de muitos outros.

9. Ora, apesar de o tópico de uma oposição Norte/Sul ser abundantemente referido do século XIX aos nossos dias, como demonstrámos, aludindo de início ao seu reviver no contexto revolucionário e pós-revolucionário; apesar de existirem amplos contrastes entre um Portugal atlântico e um Portugal mediterrânico, que de qualquer maneira não coincidem com a divisão «popularizada» Norte/Sul; apesar desses contrastes, que, aliás, tornam homogêneas áreas que comportam muita diversidade interna, nunca em Portugal houve qualquer consagração institucional dessa divisão. As divisões administrativas consagram colectivos locais — municípios — ou distritos que não se identificam com qualquer região em particular. As identidades regionais tiveram sempre em Portugal uma expressão débil (Medeiros, 1991).

Ao falar em termos dicotómicos de um país dividido em duas raças, Teles punha em causa uma representação do mesmo assente na unidade nacional e na identidade entre Estado e nação. Era contraditório com a representação absolutamente maioritária da nação presente, de uma forma ou de outra, na maioria dos escritos históricos ou nas indagações etnogénicas sobre Portugal e os portugueses. Essa representação tinha como elemento central nessa época o velho mito unitário português, aquele que fazia dos portugueses os descendentes dos lusitanos.

A invocação dessa ascendência, surgida, como vimos, no século XV, questionada por Herculano, veio a ressurgir de novo na segunda metade do século XIX (Leal, 2000, pp. 27-61 e 63-82), quando por toda a parte na Europa os estudos do folclore, da antropologia física, da arqueologia, da etnologia, estavam associados à busca das origens, história e traços específicos das nações (Burke, 1981; Ramos, 1994; Leal, pp. 2000, pp. 27-61). Ainda antes dos escritos de Teles, igualmente um nortenho, o arqueólogo Martins Sarmiento trazia de novo os lusitanos ao debate sobre as origens de Portugal e dos portugueses. Fazia-o à luz da sua interpretação das migrações indo-europeias, pois os lusitanos proviriam de um desses povos arianos, anteriores aos celtas, os lígures, que se teriam deslocado da zona da Escandinávia e do Báltico para a Europa ocidental, tendo, além disso, uma das mais puras genealogias da Europa (Sarmiento, 1884; Leal, 2000). Estes lígures seriam os verdadeiros civilizadores da Europa e o seu domínio só seria abalado pela chegada de povos setentrionais (celtas, germanos), prolongando-se a luta entre a «família germânica» e a «pseudolatina» — por a sua matriz não ser romana, mas ligúrica — até ao período contemporâneo (Sarmiento, 1891-1893, pp. 90-91). E Leite de Vasconcellos sublinharia a existência de continuidades entre lusitanos e portugueses — no território ocupado, na

língua, na religião e superstição, em certas feições do «carácter nacional», na «vida psicológica» (Vasconcellos, 1888 e 1897; Leal, 2000).

Esta genealogia dos portugueses, que se apoiava em disciplinas que detinham o prestígio da autoridade científica na época — a arqueologia, a etnografia, a filologia (Ribeiro, 1982, p. 625) —, tinha a vantagem de reconstituir a história de uma comunidade unitária no passado e no presente, ao contrário das propostas de Teles. Estas últimas chocavam-se igualmente com as ideias de a população portuguesa ser o produto de uma fusão de raças que habitaram a Península Ibérica, onde se reconhecia existir a fusão de elementos semitas com arianos — como defendia o director da importante revista de folclore, etnologia e filologia *Portugália* Ricardo Severo (1924 [1911]). A afinidade entre habitantes do Norte de África e os primitivos habitantes da Península já havia sido destacada antes, nomeadamente, como vimos, por Oliveira Martins (Martins, 1879b), e a presença berbere fora assinalada, entre outros, por Teófilo²². E Mendes Correia (1919 e 1924) concluía que em Portugal havia uma forte homogeneidade na população, proveniente de numerosos contributos étnicos, e uma origem comum das populações berberes e ibérica. O mesmo autor exalta as realizações dos povos mediterrânicos e defende a continuidade entre lusitanos e portugueses: «[...] Com as guerras entre lusitanos e romanos, com os feitos heróicos de Viriato, nasce a epopeia portuguesa e surge a Nação» (Correia, 1919, p. 75).

Numa obra mais tardia continuaria a insistir na importância do factor «raça» — e a raça englobaria dados biológicos, como os «genes» de Mendel, mas também elementos psicológicos derivados ou associados, como a «saúde». Admitia os cruzamentos entre povos distintos no passado dos portugueses, insistindo, contudo, no facto de ser pouco significativa a presença de judeus, negros e ciganos (estava-se em plena segunda guerra mundial) na população portuguesa. E sublinharia o enraizamento de uma identidade étnica, de uma «certa continuidade germinal», entre os membros da cultura castreja, os lusitanos e os portugueses (Correia, 1944, pp. 61-108).

Esta continuidade, bem como a diversidade de contributos étnicos na génese da nacionalidade, seria assumida na historiografia de referência sob o Estado Novo, como se vê nas páginas da responsabilidade do mesmo Mendes Correia na que foi a mais importante *História de Portugal* durante décadas, a dirigida por Damião Peres (Correia, *in* Peres, vol. 1, pp. 79-214). Mas sob o Estado Novo também poderiam integrar-se narrativas que referiam uma origem política para o Estado medieval, matriz da nação, como a de Peres, que retomava a interpretação de Herculano (Peres, 1938) e com o qual

²² Uma breve história das referências às ligações africano-ibéricas, que remontam a Leibniz, é feita por Leite de Vasconcellos (Vasconcellos, 1982, p. 7, nota 3).

o seu colaborador da *História de Portugal* entrou em polémica (Correia, 1944). Na mesma época, presumivelmente num dos seus últimos artigos, «Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema)», Leite de Vasconcelos recusava recuar a genealogia dos portugueses ao período Paleolítico, não atribuía qualquer papel à raça como atributo de nacionalidade e caracterizava a população portuguesa como o produto de múltiplas incorporações, que incluíam as dos árabes, judeus e negros (Vasconcelos, 1941).

A história ensinada nas escolas passa a valorizar múltiplos contributos étnicos no povoamento da Península, entre os quais alguns outrora identificados como arianos e semitas, mas estas designações quase desaparecem por inteiro muito provavelmente pelo descrédito e estigma decorrente da sua ligação aos racismos nazi e fascistas. O historiador Almeida Langhans será provavelmente dos poucos a utilizar na década de 60 designações como as de *arianos* e *semitas* para se referir a migrações étnicas ocorridas no futuro território português — mas não é um anti-semita (1968, pp. 140-141). Falará ainda das diferenças em termos étnicos entre o Norte (onde estão concentrados descendentes de autóctones, germânicos e luso-romanos, mas também os judeus) e o Sul (igualmente fundo autóctone, com mouros, berberes, moçárabes, judeus, alguns visigóticos, etc). Mas na sua visão da formação étnica do «homem português» predomina a ideia de fusão biopsicológica (*sic*) entre esses elementos. A fusão de alguns deles — «impulso étnico germânico» e «misticismo guerreiro arábico» — estaria, aliás, na base de uma verdadeira «psique de Epopeia» (id., *ibid.*, p. 172), responsável pelos descobrimentos e pela colonização portugueses, de que Langhans é apologista. Entretanto, os lusitanos, produto da fusão entre «raça autóctone» e celtas, ainda são inseridos pelo principal antropólogo português do pós-guerra, Jorge Dias, na etnogenealogia, plural, dos portugueses (Leal, 2000, p. 78; Dias, 1961 [1950])²³. Comemora-se então o chamado *Dia da Raça* no suposto dia da morte do poeta nacional do século XVI, Camões, poeta que se havia precisamente referido à continuidade lusitanos/portugueses no seu poema épico *Os Lusíadas*, o qual, para Braga, constituía uma síntese da nacionalidade (Braga, 1891, p. 78). Mas raça, nesse contexto, tinha o sentido unitário — mas polissémico e ambíguo — de nação, um sentido difundido no século XIX (Banton, 2000 [1980], p. 51).

10. A ideia de uma divisão entre o Norte e o Sul não desapareceu. Como vimos de início, continua a ser evocada, de modo matizado, no campo

²³ Dias (1961 [1955], p. 122), que pensava ser absurdo atribuir as diferenças em matéria de religiosidade entre Norte e Sul a «diferenças raciais», achando mais importantes as «razões de ordem económico-social».

intelectual e científico, para lidar com grandes contrastes que tendem a encontrar correspondência nos espaços — variados — que são agregados naquelas designações. Está presente nos *media*. Na época de que tratámos — finais do século XIX, primeiras décadas do século XX — encontramos manifestações mais ou menos explícitas da contraposição Norte/Sul no campo dos discursos científico e literário, fossem essas as de reformadores económicos, historiadores, escritores, pensadores influentes como Teles. Parece-nos que atravessa a posição destes últimos autores e de outros do Norte, donde se operou a conquista medieval do Sul, a reivindicação para essa área — e para a cidade que reclamava ser a continuadora do povoado (*Portucale*) donde vinha o nome de Portugal — de uma preeminência no espaço nacional, à imagem do sucedido em Espanha (Wulff, 2003, pp. 41-50). É pelo menos a reivindicação de uma preeminência histórica e a expressão de um protesto. Protesto que exprime a rejeição do papel secundário que naturais da cidade do Porto — institucionalizada não oficialmente como *capital do Norte* — ou da *sua* região pensam ter num país comandado por Lisboa. Mas só ao nível subalterno, de conversa e discurso informal, é que hoje surge a invocação de factores étnico-raciais. Estes ecoam na designação de *mouros* dada por habitantes do Porto aos de Lisboa, ou de *Mourolândia* dada à cidade (e genericamente ao Sul). Está muito presente entre adeptos da equipa emblemática do Porto (Seabra, 1999), que se queixam do favorecimento de que seriam objecto os clubes lisboetas. Parece-nos estar particularmente ligada à reprodução de uma identidade regional portuense, ressentida e contestadora, que vive do *outro significante* (Triandafyllidou, 1998) construído como oposto (Lisboa, o Sul, *os mouros*). Estes estereótipos possuem um papel identitário. Como já se escreveu a propósito do contraste Norte/Sul num contexto completamente diferente e também ele «etnicizado» — os USA do século XIX —, «os estereótipos étnicos e regionais proporcionam às pessoas uma linguagem apta a descrever diferenças regionais» (Doyle, 2002, p. 79).

Todavia, os conflitos aqui evocados não puseram em questão um sentimento partilhado de «identidade nacional» entre os portugueses. Portugal, território relativamente pequeno, linguisticamente unificado, não viu crescer identidades regionais suficientemente fortes que pudessem rivalizar com a vinculada ao Estado (Medeiros, 1991) — a de uma nação.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim (1974), *A Consciência Nacional Portuguesa*, Lisboa, ed. do autor.
ARROYO, António (1908), «O povo português», in *Notas sobre Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional.

- AUGSTEIN, Hannah Franziska (1996), «Introduction», in *Race, the Origins of an Idea, 1760-1850*, Bristol, Thoemmes Press.
- BANTON, Michael (2000 [1980]), «The idiom of race», in Les Back e John Solomos (eds.), *Theories of Race and Racism*, pp. 51-63, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- BANTON, Michael (1998 [1987]), *Racial Theories*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BARATA, Francisco A. Correia (1872), *As Raças Históricas da Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BAROJA, Julio Caro (1990 [1956]), «Sobre ideas raciales en España», in *Razas, Pueblos y Linajes*, Murcia, Universidad de Murcia.
- BLANCKAERT, Claude (1988), «On the origins of French ethnology: William Edwards and the doctrine of race», in George W. Stocking Jr. (ed.), *Bones, Bodies, Behaviour: Essays on Biological Anthropology, History of Anthropology*, vol. 5, Madison, The University of Wisconsin Press.
- BOAS, Franz (1962 [1928]), *Anthropology and the Modern Life*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, Inc.
- BOURDON, Albert-Alain (1991), «Économistes et régionalismes au Portugal au début du xx siècle», in Centre d'Études Nord du Portugal-Aquitaine (CENPA) (eds.), *L'Identité régionale*, pp. 301-312, Paris, Éditions du CNRS.
- BRAGA, Teófilo (1871), *Epopeias da Raça Moçárabe*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- BRAGA, Teófilo (1995 [1880]), «História de Portugal por J. P. Oliveira Martins», in Ministério da Cultura/IBNL (eds.), *Oliveira Martins e os Críticos da História de Portugal*, Lisboa.
- BRAGA, Teófilo (1883-84), «Elementos da nacionalidade portuguesa», in *Revista de Estudos Livres*, t. I.
- BRAGA, Teófilo (1995 [1885]), *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, t. I, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BRAGA, Teófilo (1891), *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron/Casa Editora Lugan & Genelioux, Successores.
- BRAGA, Teófilo (1894), *A Pátria Portuguesa: o Território e a Raça*, Porto, Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1909), *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1, *Idade Média*, Porto, Livraria Chardron.
- BRANDÃO, Raúl (1969), *Memórias*, Lisboa, Jornal do Foro.
- BURKE, Peter (1981 [1978]), *Popular Culture in Early Modern Europe*, Nova Iorque, Harper Torchbook.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1976), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1992), «Portugal e a Europa: diferenças e semelhança», in *Análise Social*, vol. XXVII, n.^{os} 118-119, pp. 943-954.
- CALDAS, Eugénio Castro (1991), *A Agricultura Portuguesa através dos Tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CATROGA, Fernando, et al. (1998), *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Temas & Debates.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca e Francesco (1995), *The Great Human Diasporas: the History of Diversity and Evolution*, Reading, Massachusetts, Addison-Wesley.
- CHILLIDA, Gonzalo Álvarez (2002), *El Antisemitismo en España*, Madrid, Marcial Pons.
- CINTRA, Luís F. LINDLEY (1971), «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses», in *Boletim de Filologia*, 22, pp. 81-116, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- CORREIA, A. A. Mendes (1916), «Os berberes e os povos peninsulares», in *A Águia*, x (2.^a série), pp. 94-104 e 169-177.

- CORREIA, A. A. Mendes (1919), *Raça e Nacionalidade*, Porto, Renascença Portuguesa.
- CORREIA, A. A. Mendes (1924), *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORREIA, A. A. Mendes (1928), «A Lusitânia pré-romana», in Damião Peres (ed.), *História de Portugal*, vol. 1, pp. 79-214, Barcelos, Portucalense Editora.
- CORREIA, A. A. Mendes (1929), *Geologia e Antropologia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CORREIA, A. A. Mendes (1944), *Raízes de Portugal*, Lisboa, (ed.) da revista *Ocidente*.
- DENIKER, J. (1900), *Les races et les peuples de la terre: éléments d'anthropologie et d'ethnographie*, Paris, Libraire C. Reinwald.
- DIAS, Jorge (1961 [1950]), «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa», in *Ensaaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge (1961 [1955]), «Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português», in *Ensaaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- DOYLE, Don H. (2002), *Nations Divided: America, Italy and the Southern Question*, Atenas e Londres, The University of Georgia Press.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1903), «O Norte e o Sul», in *A Tradição*, t. v, pp. 39-40.
- FOUCAULT, Michel (1997 [1976]), *Il faut défendre la société*, Paris, Hautes Études/Gallimard-Seuil.
- FOX, Inman (1997), *La Invención de España*, Madrid, Cátedra.
- FREIRE, André (2001), *Mudança Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Celta Editora.
- GAMA, José (2002), «Basílio Teles e o mal incompreensível», in *Actas do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos 1850-1950*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GELLNER, Ernest (1998), *Nationalism*, Londres, Phoenix.
- GIBSON, Mary (1998), «Biology or environment? Race and Southern 'deviance' in the writings of Italian criminologists, 1880-1920», in Jane Schneider (ed.), *Italy's Southern Question: Orientalism in One Country*, pp. 99-115, Oxford, Berg.
- HANNAFORD, Ivan (1996), *Race: the History of an Idea in the West*, Washington e Baltimore, The Woodrow Wilson Center Press/The Johns Hopkins University Press.
- HARRIS, Marvin (1968), *The Rise of Anthropological Theory*, Nova Iorque, HarperCollins.
- HERCULANO, Alexandre (1980-81 [1846]), *História de Portugal*, t. I, editada e introduzida por José Mattoso, Lisboa, Livraria Bertrand.
- ISAAC, Benjamin (2004), *The Invention of Racism in Classical Antiquity*, Princeton e Oxford, Princeton University Press.
- JUARISTI, Jon (2000), *El Bosque Imaginario: Genalogías Míticas de los Pueblos de Europa*, Madrid, Taurus.
- KIDD, Colin (1999), *British Identities before Nationalism: Ethnicity and Nationhood in the Atlantic World, 1600-1800*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LANGHANS, Almeida F. P. (1968), *Antropologia Luso-Atlântica*, vol. 1, *Estudo do Homem Português*, Lisboa, Parceria M. Pereira.
- LEAL, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MARTINS, Joaquim P. Oliveira (s. d. [1879a]), *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Europa-América.
- MARTINS, Joaquim P. Oliveira (1917 [1879b]), *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- MARTINS, Joaquim P. Oliveira (1881), *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, t. I, Lisboa, Livraria Bertrand.
- MARTINS, Joaquim P. Oliveira (1979 [1881]), *Portugal Contemporâneo*, t. II, Lisboa, Guimarães Editores.

- MARTINS, Joaquim P. Oliveira (1956 [1887]), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores.
- MARTINS, Joaquim P. Oliveira (1957), *Política e História*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores.
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1991), «Quelques réflexions à propos des identités régionales au Portugal», in Centre d'Études Nord du Portugal-Aquitaine (CENPA) (eds.), *L'Identité régionale*, pp. 35-43, Paris, Éditions du CNRS.
- MONTESQUIEU (2000 [1735]), *Del Espiritu de las Leyes*, Madrid, Editorial Tecnos.
- MOSSE, Georg L. (1992 [1978]), *Il razzismo in Europa dalle origini all'olocausto*, Milão, Mondadori.
- MURGUÍA, Manuel (1865-6), *Historia de Galicia*, I e II, Lugo, Soto Freire.
- MURGUÍA, Manuel (2000 [1889]), *El Regionalismo Gallego*, Santiago de Compostela, Librería Follas Novas.
- OLENDER, Maurice (1989), *Les langues du paradis. Aryens et sémites: un couple providentiel*, Paris, Gallimard-Le Seuil.
- PASCOAES, Teixeira de (1988), «O espírito lusitano ou o saudosismo» (1912), in Teixeira de Pascoaes, *A Saudade e o Saudosismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- PASCOAES, Teixeira de (1988), «O saudosismo e a 'Renascença'» (1912), in Teixeira de Pascoaes, *A Saudade e o Saudosismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- PASCOAES, Teixeira de (1978 [1920]), *Arte de Ser Português*, Lisboa, Delraux.
- PEREIRA, Ana Leonor (1992), «Raças e história: imagens nas décadas finais de Oitocentos», in *Revista de História das Ideias*, vol. 14, pp. 347-364.
- PERES, Damião (1970 [1938]), *Como Nasceu Portugal*, Porto, Portucalense Editora.
- PIMENTEL, Alberto (1905), *As Alegres Canções do Norte*, Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso.
- POLIAKOV, Léon (1974 [1971]), *O Mito Ariano*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- RAMOS, Rui (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RATAZZI, Maria (1997 [1879]), *Portugal de Relance*, Lisboa, Antígona.
- REBELO, José Pequito (1929), *A Terra Portuguesa*, Lisboa, Ottosgráfica.
- RENAN, Ernest (1984 [1854]), *La poésie des races celtiques*, in *Histoire et parole: oeuvres diverses*, Paris, Éditions Robert Laffont.
- RIBEIRO, Orlando (1967 [1945]), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- RIBEIRO, Orlando (1992), «Formação de Portugal», vol. 5 do *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas.
- RIBEIRO, Orlando (1982), «Conclusão», in J. L. Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, in Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROMERO, Sylvio (1906), *A Pátria Portuguesa: o Território e a Raça*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- SAID, Edward (1996 [1978]), *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SAMPAIO, Alberto (1923 [1892]), «Ontem e hoje», in *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, pp. 429-446.
- SAMUEL, PAULO (2004), *Teixeira de Pascoais na Revista «A Águia»*, Porto, Edições Caixotim.
- SARDINHA, António (1915), *O Valor da Raça*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, Editores.
- SARDINHA, António (1916), «O território e a raça», in *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916.
- SARDINHA, António (1922), *Durante a Fogueira*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares.
- SARDINHA, António (1927), «O Sul contra o Norte», in *À Sombra dos Pórticos*, Lisboa, Editorial Restauração.

- SARDINHA, António (1930 [1924]), *A Aliança Peninsular*, Porto, Livraria Civilização.
- SARMENTO, Francisco Martins (1884), «Les lusitaniens», in *Congrès international d'anthropologie et d'archéologie préhistoriques — compte rendu de la neuvième session à Lisbonne*, pp. 393-431, Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências.
- SARMENTO, Francisco Martins (1891-93), *Lusitanos, Ligures e Celtas*, Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira.
- SCHNEIDER, Jane (1998), «The dynamics of neo-orientalism in Italy (1848-1995)», in Jane Schneider (ed.), *Italy's Southern Question: Orientalism in One Country*, pp. 1-23, Oxford, Berg.
- SEABRA, Daniel (1999), *Mágico Porto Vence por Nós: Um Estudo Antropológico de Uma Claque de Futebol*, tese de mestrado em Antropologia, Universidade do Minho.
- SÉRGIO, António (1977 [1925]), *Ensaio*, t. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SEVERO, Ricardo (1924 [1911]), *Origens da Nacionalidade Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SNYDER, Louis L. (1962), *The Idea of Racialism*, Princeton, Van Nostrand.
- SOBRAL, José Manuel (2002), «A formação das nações e o nacionalismo — os paradigmas explicativos e o caso português», in *Análise Social*, n.º 165, vol. XXXVII.
- STERNHELL, Zeev (1978), *La droite révolutionnaire 1885-1914: les origines françaises du fascisme*, Paris, Éditions du Seuil.
- TELES, Basílio (1899), *O Problema Agrícola*, Porto, Livraria Chardron.
- TELES, Basílio (1901), *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Livraria Chardron.
- TELES, Basílio (1912), *O Livro de Job (Tradução em Verso com Um Estudo sobre o Poema)*, Porto, Livraria Chardron.
- TELES, Basílio (1913), *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria Moreira Editora.
- TELES, Basílio (1914), *Prometeu Agrilhoado*, de Ésquilo (tradução e estudo). Porto, Livraria Chardron.
- TELES, Basílio (1916a), *A França e a Guerra de 70*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- TELES, Basílio (1916b), *A Inglaterra Pacifista*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- TELES, Basílio (1968[1905]), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa, Portugalíia.
- THIERRY, Augustin (1842, 7.ª ed.), *Lettres sur l'histoire de France*.
- THIESSE, Anne-Marie (1999), *La création des identités nationales*, Paris, Éditions du Seuil.
- TODOROV, Tzvetan (1989), *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.
- TRIANDAFYLIDOU, Anna (1998), «National identity and the «other», in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, n.º 4, pp. 593-612.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1888), *Numismática Nacional*, Lisboa, Tipografia do Jornal «O Dia».
- VASCONCELLOS, José Leite de (1897), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1982), *Etnografia Portuguesa*, vol. IV (elaborado e ampliado por Manuel Viegas Guerreiro, introd., notas e conclusão de Orlando Ribeiro), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1940-41), «Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema)», in *Revista Lusitana*, XXXVIII, pp. 196-246.
- VILHENA, Júlio de (1873), *As Raças Históricas da Península Ibérica e a Sua Influência no Direito Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- VILLARES, Ramón (2000), «Naissance et déclin du celtisme dans l'histoire de la Galice», in Carlos Serrano (dir.), *Nations en quête de passé. La Péninsule Ibérique (XIX-XX siècles)*, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- VILLARES, Ramón (1997), *Figuras da Nación*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.
- WEBER, Eugen (1991), «Gauls versus Franks: conflict and nationalism», in Robert Tombs (ed.), *Nationhood and Nationalism in France*, pp. 8-21, Londres, HarperCollins Academic.
- WULFF, Fernando (2003), *Las Esencias Patrias*, Barcelona, Crítica.